

1. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é **INCORRETO** afirmar:
- A lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros.
  - Incumbe ao Poder Público, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.
  - Dependerá de concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.
  - As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
2. De acordo com a **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988** analise as afirmações a seguir.
- O plano diretor, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
  - Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária.
  - São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.
  - Constituem monopólio da União a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro.
- Assinale a alternativa correta:
- Todas as assertivas estão corretas.
  - Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
  - Todas as assertivas estão erradas.
  - Apenas as assertivas I, III, IV estão corretas.
3. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, marque **V** ou **F**, conforme as afirmações a seguir sejam **verdadeiras** ou **falsas**.
- ( ) É assegurada a aposentadoria no regime geral de previdência social após trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher.
- ( ) Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição terá valor mensal inferior ao salário mínimo estadual.
- ( ) É permitida a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
- ( ) Para efeito de aposentadoria, é vedada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada.
- ( ) É assegurada a aposentadoria no regime geral de previdência social após sessenta e cinco anos de idade, se homem.
- A sequência correta, de cima para baixo, é:
- V – F – V – F – F
  - V – F – F – F – V
  - F – V – V – F – V
  - V – F – F – V – V
4. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, marque **V** ou **F**, conforme as afirmações a seguir sejam **verdadeiras** ou **falsas**.
- ( ) Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado.
- ( ) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
- ( ) São disponíveis as terras devolutas.
- ( ) A Serra do Mar não é patrimônio nacional.
- ( ) A Zona Costeira não é patrimônio nacional.
- A sequência correta, de cima para baixo, é:
- V – F – V – F – F
  - V – V – F – F – F
  - F – V – F – F – V
  - V – F – F – V – V
5. Quanto ao controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta:
- Não pode propor a ação declaratória de constitucionalidade entidade de classe de âmbito nacional.
  - Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.
  - As decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta.
  - Procurador-Geral da República poderá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade.
6. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sobre Seguridade Social e Saúde é **INCORRETO** afirmar
- Serão destinados recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.
  - A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.
  - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.
  - A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social não poderá receber do Poder Público benefícios ou incentivos fiscais.
7. Quanto a organização do estado, analise as afirmações a seguir.
- Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado.
  - Os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados por lei de iniciativa do Congresso Nacional.
  - O subsídio dos Deputados Estaduais será fixado por lei de iniciativa da Assembleia Legislativa.
  - O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.
  - Nos Territórios Federais com mais de cem mil habitantes, além do Governador nomeado, haverá órgãos judiciários de primeira e segunda instância.
- Assinale a alternativa correta:
- Todas as assertivas estão corretas.
  - Apenas as assertivas I, III, IV e V estão corretas.
  - Todas as assertivas estão erradas.
  - Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
8. Marque **V** ou **F**, conforme as afirmações a seguir sejam **verdadeiras** ou **falsas**. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
- ( ) Irredutibilidade do salário, ainda que disposto em convenção ou acordo coletivo.
- ( ) Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, vedada a compensação de horários mediante convenção coletiva de trabalho.
- ( ) Jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.
- ( ) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 12 (doze) anos de idade em creches e pré-escolas.
- ( ) Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador eventual.
- A sequência correta, de cima para baixo, é:
- V – F – V – F – F
  - F – F – F – F – F
  - F – V – V – F – V
  - V – F – F – V – V

9. A seguridade social será financiada mediante recursos provenientes das seguintes contribuições sociais:
- ( ) Sobre a receita de concursos de prognósticos.
  - ( ) Do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a receita ou o faturamento ou lucro.
  - ( ) Do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.
  - ( ) Do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, aposentados ou pensionistas.
  - ( ) Do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço apenas com vínculo empregatício.
- A sequência correta, de cima para baixo (V – Verdadeiro; F- Falso), é:
- a) V – F – V – F – F
  - b) V – V – V – F – F
  - c) V – F – F – V – V
  - d) F – V – F – F – V
10. É **INCORRETO** afirmar:
- a) Os Territórios Federais integram a União.
  - b) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios depende de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal.
  - c) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
  - d) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por Lei Complementar Federal.
11. A respeito da Administração Indireta, pode-se afirmar que:
- I. Ressalvados os casos expressamente previstos na Constituição Federal, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
  - II. A criação de subsidiárias de empresas públicas, de sociedades de economia mista e de fundações depende de autorização legislativa, em cada caso.
  - III. As autarquias beneficiam-se dos prazos processuais em dobro para contestar e em quádruplo para recorrer.
  - IV. Qualquer cidadão é legítimo para propor ação popular que vise a anular atos lesivos ao patrimônio de sociedade de economia mista exploradora de atividade econômica.
- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
  - b) Todas as proposições estão corretas.
  - c) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
  - d) Somente as proposições I e II estão corretas.
12. A respeito da Intervenção do Estado na propriedade, é correto afirmar que:
- I. A desapropriação se define como ato complexo através do qual o Poder Público, fundado em necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, compulsoriamente despoja alguém de um bem certo, normalmente adquirindo-o para si, em caráter originário, mediante indenização prévia, justa e, em geral, pagável em dinheiro.
  - II. É exceção constitucional à indenização em dinheiro a desapropriação pela União, por interesse social, para fins de reforma agrária, de imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, na qual a indenização será em títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até 10 (dez) anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
  - III. A limitação administrativa tem natureza jurídica de direito real, atingindo os bens concreta e especificamente determinados pelo Poder Público.
  - IV. A servidão administrativa impõe ao proprietário uma obrigação de não fazer, alcançando toda uma categoria abstrata de bens ou, pelo menos, todos os que se encontrem em uma situação ou condição abstratamente determinada.
- a) Somente as proposições III e IV estão corretas.
  - b) Somente a proposição I está correta.
  - c) Todas as proposições estão incorretas.
  - d) Somente a proposição II está correta.
13. Sobre o regime jurídico dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:
- a) A convalidação é o ato administrativo praticado pela Administração de tornar válido ato que apresente defeitos sanáveis, produzindo efeitos *ex nunc*.
  - b) A auto-executoriedade é o requisito do ato administrativo que possibilita a imediata e direta execução de certos atos pela própria Administração, independentemente de ordem judicial.
  - c) Cabe reclamação ao Supremo Tribunal Federal para anular atos administrativos que contrariem súmula vinculante ou na hipótese de existência de repercussão geral.
  - d) O mérito do ato administrativo é aspecto pertinente apenas aos atos praticados no exercício de competência discricionária, relacionando-se com o motivo e o objeto de sua formação.
14. Examinando-se as proposições a respeito da concessão de serviços públicos, assinale a alternativa correta:
- I. A concessão de serviço público consiste na delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado. Diferencia-se da permissão de serviço público pois nesta a delegação ocorre a título precário e independe de licitação.
  - II. As concessionárias de serviços públicos, de direito público e privado, nos Estados e no Distrito Federal, são obrigadas a oferecer ao consumidor e ao usuário, dentro do mês de vencimento, o mínimo de seis datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.
  - III. Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente após o término do prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e depois de prévio pagamento da indenização.
  - IV. O contrato de concessão poderá prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, inclusive a arbitragem.
- a) Somente as proposições II e IV estão corretas.
  - b) Somente as proposições I e II estão corretas.
  - c) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
  - d) Somente as proposições I e III estão corretas.
15. De acordo com súmula vinculante editada pelo Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa que enumera as proposições em que há **VIOLAÇÃO** aos princípios constitucionais de Direito Administrativo, em especial os previstos expressamente no art. 37, *caput*, da Constituição Federal:
- I. A nomeação para o exercício de cargo em comissão, de cônjuge ou companheiro da autoridade nomeante.
  - II. A nomeação para o exercício de cargo em comissão, de bisneto de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
  - III. A nomeação para o exercício de função gratificada na administração pública, de primo da autoridade nomeante.
  - IV. A nomeação de pessoas contratadas de forma temporária, em qualquer caso.
- a) Em todas as proposições.
  - b) Somente nas proposições III e IV.
  - c) Somente nas proposições I, II e III.
  - d) Somente nas proposições I e II.
16. Sobre os atos da administração, assinale a proposição correta:
- a) São elementos do ato administrativo: competência do agente, objeto, forma, motivo e presunção de legitimidade.
  - b) Os contratos de compra e venda e de locação são considerados atos privados da administração.
  - c) Para caracterização do ato administrativo são necessários pelo menos três aspectos, a saber: (i) vontade do agente público ou de alguém dotado de prerrogativa deste; (ii) seu conteúdo deve produzir efeitos jurídicos com fins públicos ou privados; e (iii) sua categoria deve ser regida basicamente pelo direito público.
  - d) Os agentes da administração são aqueles que, embora não integrem a estrutura funcional da Administração Pública, recebem a incumbência de exercê-lo. Por sua vez, os agentes delegatários são aqueles que integram os órgãos administrativos, bem como os que pertencem aos quadros da Administração Pública Indireta.

17. O pregão é modalidade de licitação que se destina à aquisição de bens e serviços comuns, sem limite de valor, em que as propostas e os lances são realizados em sessão pública. Sobre o tema, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- Aquele que não celebrar o contrato no prazo de validade ou não mantiver sua proposta, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo de outras sanções.
  - Caso o interessado não possa comparecer a sessão pública, poderá mandar representante, desde que comprove os poderes para prática dos atos.
  - O critério de julgamento é o de menor preço.
  - A publicação da convocação dos interessados deve ocorrer com antecedência mínima de 15 dias úteis em relação à data da apresentação das propostas.
18. A ação punitiva do Estado deve ocorrer em um certo lapso temporal, sob pena de estar abarcada pelo instituto da prescrição. A respeito do tema, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- A ação punitiva da Administração Pública Federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, em regra, prescreve em cinco anos, contados da data em que tomou conhecimento da prática do ato.
  - Em casos de infração permanente ou continuada, a prescrição somente começará a contar da data em que o ato tiver cessado.
  - Se o ato administrativo constituir crime, o prazo prescricional será o mesmo da lei penal.
  - Prescrevem em período superior a três anos os procedimentos administrativos paralisados que estão aguardando despacho ou julgamento da autoridade administrativa.
19. Ayrton adquire em 31/12/2011 um terreno urbano de Jairo sob o qual existem débitos tributários relativos aos períodos anteriores à data da compra. Os tributos em aberto limitam-se: aos que têm como fato gerador a propriedade do imóvel, às taxas pela prestação de serviços referentes ao mesmo e às contribuições de melhoria. Segundo o CTN, Ayrton:
- Será responsável pelos tributos cujo fato gerador ocorra em 2012.
  - Não será o responsável tributário pelos débitos caso o vendedor assumia contratualmente que suportará o ônus.
  - Não será o responsável tributário pelos débitos caso o vendedor assumia em escritura pública que suportará o ônus.
  - Não será o responsável tributário pelos débitos caso tenha arrematado o bem em hasta pública.
20. Em relação ao lançamento tributário assinale a alternativa correta:
- A definição do lançamento tributário é restrita à Lei Complementar.
  - O lançamento tributário antecede a obrigação tributária e sucede o crédito tributário.
  - São três as modalidades de lançamento tributário: de ofício, auto lançamento e por homologação.
  - O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado de ofício pela autoridade administrativa.
21. Em relação às limitações constitucionais ao poder de tributar assinale a alternativa correta:
- Quando alugado a terceiros o imóvel de propriedade do partido político perde a imunidade e passa a sujeitar-se ao IPTU.
  - O ICMS incidente sobre a comercialização de livros, mesmo por empresa com fins lucrativos, está abrangido pela imunidade tributária.
  - O prédio da Receita Federal de propriedade da União é imune ao pagamento da taxa de coleta de lixo.
  - Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras realizadas pelos Municípios não são imunes ao imposto de renda.
22. O Município de *Justiça* publica, em 20/10/2011, lei alterando a alíquota do IPTU de 1% para 2% e prevendo sua imediata entrada em vigor. O texto legal ainda altera a planta de avaliação dos imóveis e o Terreno de Jairo que estava calculado em R\$ 10.000,00 passa a receber avaliação compatível com o mercado no valor de R\$ 12.000,00. Qual será o valor devido a título de IPTU relativo a 2012, sabendo-se que o fato gerador do imposto ocorre a cada 1º de janeiro e considerando as determinações constitucionais:
- R\$ 100,00
  - R\$ 240,00
  - R\$ 120,00
  - R\$ 200,00
23. Em relação às espécies tributárias, assinale a alternativa correta:
- As contribuições de melhoria são de competência exclusiva dos Municípios.
  - O valor arrecadado com o empréstimo compulsório deve ser aplicado exclusivamente na despesa que fundamentou sua instituição.
  - As taxas podem ser exigidas em decorrência de serviço público prestado à população em geral, sem a necessidade de individualização do beneficiário.
  - A lei que instituir imposto pode definir o destino dos recursos arrecadados.
24. Assinale a alternativa correta:
- A adoção do Simples Nacional é compulsória para as microempresas e para as empresas de pequeno porte.
  - A empresa que aufera, em cada ano-calendário anterior, receita bruta igual ou inferior a R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões e seiscentos mil reais) pode optar pelo Simples Nacional.
  - A arrecadação dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional é realizada de forma discricionária.
  - Compete a Lei Complementar a definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte.
25. A empresa X recebeu em junho de 2012 um auto de infração constituindo crédito tributário relativo ao ICMS com período de apuração de março de 2011. Tempestivamente apresenta a reclamação fiscal que aguarda julgamento do órgão competente. Em face do narrado, assinale a alternativa correta:
- O crédito tributário é exigível administrativamente e judicialmente.
  - O crédito tributário é exigível judicialmente, mas não o é administrativamente.
  - O crédito tributário está com a exigibilidade suspensa.
  - O crédito tributário está extinto.
26. Assinale a resposta correta.
- Na falta ou impedimento do genitor, incumbirá à mãe efetuar o registro de nascimento; e, na falta de ambos, ao administrador do hospital ou ao médico ou parteira que tiverem assistido o parto.
  - O assento do nascimento do natimorto conterá os elementos referentes ao caso e a remissão ao do óbito, com o registro no livro C Auxiliar.
  - A alteração posterior do nome, inclusive em se tratando de pessoa capaz, pressupõe a intervenção do Ministério Público e a sentença judicial.
  - Havendo motivo ponderável, poderá o enteado ou a enteada requerer ao juiz competente que seja averbado, no registro de nascimento, o nome da família do seu padrasto ou madrasta, conforme o caso.
- Apenas as assertivas I e III estão corretas.
  - Apenas as assertivas I e II estão corretas.
  - Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas II e III estão corretas.
27. Sobre a habilitação de casamento, assinale a alternativa **INCORRETA**.
- O casamento religioso, celebrado sem a prévia habilitação perante o oficial de registros públicos, poderá ser registrado desde que apresentado pelos nubentes, com o requerimento do registro, a prova do ato religioso e os documentos exigidos pela lei civil, suprindo eles eventual falta de requisitos no termo da celebração.
  - A dispensa dos proclamas somente poderá ser feita mediante apreciação judicial do pedido, que indicará os motivos da urgência; e, havendo a necessidade de produção de provas, será dada ciência ao Promotor de Justiça para, depois, ser proferida sentença judicial.
  - Havendo a apresentação de algum impedimento matrimonial, conceder-se-á aos nubentes o prazo de três dias para apresentarem prova em sentido contrário, sendo, então, os autos remetidos ao Ministério Público, que emitirá parecer, no prazo de cinco dias, cabendo ao juiz decidir em igual prazo.
  - A decisão judicial que analisa o pedido de impugnação formulado pelo Ministério Público é irrecurável.

28. Assinale a resposta correta.
- O assento de óbito deverá ser assinado pela pessoa que fizer a comunicação ou por alguém a seu rogo.
  - Quando o assento for posterior ao enterro, faltando o atestado médico ou de duas pessoas qualificadas, assinarão, com a que fizer a declaração, duas testemunhas que tiverem assistido ao falecimento ou ao funeral e puderem atestar, por conhecimento próprio ou por informação que tiverem colhido, a identidade do cadáver.
  - O assento de óbito ocorrido em hospital, prisão ou qualquer outro estabelecimento público será feito mediante requerimento da pessoa responsável pela administração do lugar, mesmo quando houver declaração de parentes.
  - A justificação por assento de óbito poderá ser feita diretamente pelo oficial do registro público.
- Apenas II e III estão corretas.
  - Apenas II, III e IV estão corretas.
  - Apenas I e III estão corretas.
  - Apenas I e II estão corretas.
29. Sobre as retificações:
- Somente caberá a impugnação pelo interessado, mas nunca pelo Ministério Público, porque se trata de questão de natureza personalíssima.
  - Não cabe o cumprimento da decisão judicial em jurisdição diversa porque o juiz corregedor do cartório é sempre de idêntica jurisdição.
  - Da decisão judicial caberá recurso, apenas no efeito devolutivo.
  - Serão feitas à margem do registro, com as indicações necessárias, ou, quando for o caso, com a trasladação do mandado, que ficará arquivado. Contudo, não havendo espaço, far-se-á o transporte do assento, com as remissões a margem do registro original.
30. Sobre o processo de dúvida:
- O apresentante, não se conformando com a exigência do oficial, ou não tendo como satisfazê-la, poderá requerer que a questão seja apreciada pelo juízo competente, cabendo ao interessado a eventual impugnação judicial do pedido.
  - Não cabe a realização de outras diligências, além da juntada de documentos que o impugnante vier a apresentar.
  - A sentença judicial terá duplo efeito e possuirá natureza administrativa, obstando-se o uso do processo contencioso competente.
  - Cessarão os efeitos da prenotação se, decorridos 30 dias do seu lançamento do Protocolo, o título tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais.
- Apenas I e III estão incorretas.
  - Apenas II e III estão incorretas.
  - Todas as assertivas estão incorretas.
  - Apenas I e II estão incorretas.
31. Assinale a resposta correta.
- O cancelamento da hipoteca poderá ser feito, dentre outros casos, mediante autorização expressa ou quitação outorgada pelo sucessor do credor.
  - É possível a remição do imóvel hipotecado, desde que ocorra a citação dos credores, a fim de remitirem, pelo menos, o preço correspondente ao da aquisição do imóvel.
  - Se o credor da segunda hipoteca, embora não vencida e a dívida, requerer a remição, juntará o título e certidão da inscrição da anterior e depositará a importância devida ao primeiro credor, pedindo a sua citação para o levantamento do valor.
  - Não é necessária a remição quando o credor assinar, com o vendedor, escritura de venda do imóvel gravado.
- Apenas II e III estão corretas.
  - Apenas I e III estão corretas.
  - Apenas I e II estão corretas.
  - Todas as assertivas estão corretas.
32. Compete aos tabeliães de notas, com exclusividade:
- Lavrar escrituras e procurações, públicas e privadas; testamentos públicos e aprovar os cerrados e ológrafos; atas notariais; reconhecer firmas; e autenticar cópias.
  - Lavrar escrituras e procurações, públicas; testamentos públicos e aprovar os cerrados e ológrafos; atas notariais; reconhecer firmas; e autenticar cópias.
  - Lavrar escrituras e procurações, públicas; testamentos públicos e aprovar os cerrados; atas notariais; reconhecer firmas; e autenticar cópias.
  - Lavrar escrituras e procurações, públicas e privadas; testamentos públicos e aprovar os cerrados; atas notariais; reconhecer firmas; e autenticar cópias.
33. Sobre o sepultamento e a cremação, assinale a afirmação **INCORRETA**:
- Nenhum sepultamento será feito sem certidão, do oficial de registro do lugar do falecimento, extraída após a lavratura do assento de óbito, em vista do atestado de médico, se houver no lugar, ou em caso contrário, de duas pessoas qualificadas que tiverem presenciado ou verificado a morte.
  - Sendo o finado desconhecido, o assento deverá conter a informação "indigente", assim como: declaração de estatura ou medida, se for possível, cor, sinais aparentes, idade presumida, vestuário e qualquer outra indicação que possa auxiliar de futuro o seu reconhecimento; e, no caso de ter sido encontrado morto, serão mencionados esta circunstância e o lugar em que se achava e o da necropsia, se tiver havido.
  - A cremação de cadáver somente será feita daquele que houver manifestado a vontade de ser incinerado ou no interesse da saúde pública e se o atestado de óbito houver sido firmado por 2 (dois) médicos ou por 1 (um) médico legista e, no caso de morte violenta, depois de autorizada pela autoridade judiciária.
  - Na impossibilidade de ser feito o registro dentro de 24 (vinte e quatro) horas do falecimento, pela distância ou qualquer outro motivo relevante, o assento será lavrado depois, com a maior urgência, e dentro dos prazos fixados na lei.
34. A emancipação voluntária, outorgada pelo detentor do poder familiar àquele que possui, pelo menos, 16 anos de idade completos, terá seu registro feito, mediante:
- Trasladação da sentença oferecida em certidão ou do instrumento, limitando-se, se for de escritura pública, as referências da data, livro, folha e ofício em que for lavrada com dependência, em qualquer dos casos, da presença de testemunhas, mas com a assinatura do apresentante. Dele sempre constarão: data do registro e da emancipação; nome, prenome, idade, filiação, profissão, naturalidade e residência do emancipado; data e cartório em que foi registrado o seu nascimento; nome, profissão, naturalidade e residência dos pais ou do tutor.
  - Trasladação da sentença oferecida em certidão, contendo as referências da data, livro, folha e ofício em que for lavrada sem dependência, em qualquer dos casos, da presença de testemunhas, mas com a assinatura do apresentante. Dele sempre constarão: data do registro e da emancipação; nome, prenome, idade, filiação, profissão, naturalidade e residência do emancipado; data e cartório em que foi registrado o seu nascimento; nome, profissão, naturalidade e residência dos pais ou do tutor.
  - Trasladação da sentença oferecida em certidão ou do instrumento, limitando-se, se for de escritura pública, as referências da data, livro, folha e ofício em que for lavrada sem dependência, em qualquer dos casos, da presença de testemunhas, mas com a assinatura do apresentante. Dele sempre constarão: data do registro e da emancipação; nome, prenome, idade, filiação, profissão, naturalidade e residência do emancipado; data e cartório em que foi registrado o seu nascimento; nome, profissão, naturalidade e residência dos pais ou do tutor.
  - Trasladação do instrumento, limitando-se a escritura pública às referências da data, livro, folha e ofício em que for lavrada sem dependência, em qualquer dos casos, da presença de testemunhas, mas com a assinatura do apresentante. Dele sempre constarão: data do registro e da emancipação; nome, prenome, idade, filiação, profissão, naturalidade e residência do emancipado; data e cartório em que foi registrado o seu nascimento; nome, profissão, naturalidade e residência dos pais ou do tutor.

35. Sujeitam-se a registro no cartório de registro civil de pessoas naturais:
- Os nascimentos, os casamentos, as sentenças que decidirem a nulidade ou anulação do casamento, o desquite e o restabelecimento da sociedade conjugal, os óbitos, as emancipações, as interdições, as sentenças declaratórias de ausência, as opções de nacionalidade e as sentenças que deferirem a adoção.
  - Os nascimentos, os casamentos, as sentenças que decidirem a nulidade ou anulação do casamento, o divórcio e o restabelecimento da sociedade conjugal, os óbitos, as emancipações, as interdições, as sentenças declaratórias de ausência, as opções de nacionalidade e as sentenças que deferirem a adoção.
  - Os nascimentos, os casamentos, os óbitos, as emancipações, as interdições, as sentenças declaratórias de ausência, as opções de nacionalidade e as sentenças que deferirem a adoção.
  - As sentenças que decidirem a nulidade ou anulação do casamento, o divórcio e o restabelecimento da sociedade conjugal; os atos judiciais ou extrajudiciais de reconhecimento de filhos; as escrituras de adoção e os atos que a dissolverem; e as alterações ou abreviaturas de nomes.
36. Sobre a cobrança de emolumentos, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- O notário que descumprir a legislação, apondo na certidão qualquer referência ao estado de pobreza do solicitante, se sujeitará, de imediato, à pena de suspensão.
  - O estado de pobreza será comprovado por declaração do próprio interessado ou a rogo, tratando-se de analfabeto, neste caso, acompanhada da assinatura de duas testemunhas.
  - Não serão cobrados pelo registro civil de nascimento e pelo assento de óbito, bem como pela primeira certidão respectiva.
  - Os reconhecidamente pobres estão isentos de pagamento de emolumentos pelas certidões extraídas pelo cartório de registro civil.
37. Os notários e oficiais de registro não podem cometer as seguintes condutas, consideradas infrações disciplinares:
- A inobservância das prescrições legais ou normativas; a conduta atentatória às instituições notariais e de registro; a cobrança indevida ou excessiva de emolumentos, ainda que sob a alegação de urgência; a violação do sigilo profissional; organizar associações ou sindicatos de classe e deles participar; o descumprimento de quaisquer dos deveres: manter em ordem os livros, papéis e documentos de sua serventia, guardando-os em locais seguros; atender as partes com eficiência, urbanidade e presteza; atender prioritariamente as requisições de papéis, documentos, informações ou providências que lhes forem solicitadas pelas autoridades judiciárias ou administrativas para a defesa das pessoas jurídicas de direito público em juízo; manter em arquivo as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade; proceder de forma a dignificar a função exercida, tanto nas atividades profissionais como na vida privada; guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenham conhecimento em razão do exercício de sua profissão; afixar em local visível, de fácil leitura e acesso ao público, as tabelas de emolumentos em vigor; observar os emolumentos fixados para a prática dos atos do seu ofício; dar recibo dos emolumentos percebidos; observar os prazos legais fixados para a prática dos atos do seu ofício; fiscalizar o recolhimento dos impostos incidentes sobre os atos que devem praticar; facilitar, por todos os meios, o acesso à documentação existente às pessoas legalmente habilitadas; encaminhar ao juízo competente as dúvidas levantadas pelos interessados, obedecida a sistemática processual fixada pela legislação respectiva; observar as normas técnicas estabelecidas pelo juízo competente.
  - A inobservância das prescrições legais ou normativas; a conduta atentatória às instituições notariais e de registro; a cobrança indevida ou excessiva de emolumentos, ainda que sob a alegação de urgência; organizar associações ou sindicatos de classe e deles participar; e a violação do sigilo profissional.
38. A falta do pedido de matrícula de jornais, oficinas impressoras, empresas de radiofusão e agências de notícias, assim como a ausência das declarações ou da averbação da alteração, importará:
- Na pena judicial de multa de meio a dois salários-mínimos, além da fixação do prazo de, pelo menos, 20 dias, para que se proceda a matrícula ou alteração das declarações.
  - Na pena judicial de multa de meio a cinco salários-mínimos, além da fixação do prazo de até 20 dias, para que se proceda a matrícula ou alteração das declarações.
  - Na pena judicial de multa de meio a dois salários-mínimos, além da fixação do prazo de até 20 dias, para que se proceda a matrícula ou alteração das declarações.
  - Na pena judicial de multa de meio a três salários-mínimos, além da fixação do prazo de até 20 dias, para que se proceda a matrícula ou alteração das declarações.

39. Devem ser registrados no Cartório de Títulos e Documentos, para gerar efeitos em relação a terceiros, entre outros:
- As cartas de fiança, em geral, feitas por instrumento particular, seja qual for a natureza do compromisso por elas abonado; os contratos de locação de serviços não atribuídos a outras repartições; e os instrumentos de cessão de direitos e de créditos, de sub-rogação e de dação em pagamento.
  - Os documentos decorrentes de depósitos, ou de cauções feitos em garantia de cumprimento de obrigações contratuais, ainda que em separado dos respectivos instrumentos; o compromisso de compra e venda de imóvel; e as quitações, recibos e contratos de compra e venda de automóveis, bem como o penhor destes, qualquer que seja a forma que revistam.
  - Os contratos de locação de prédios, o testamento público e todos os documentos de procedência estrangeira, acompanhados das respectivas traduções, para produzirem efeitos em repartições da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios ou em qualquer instância, juízo ou tribunal.
  - O pacto antenupcial, os contratos de locação de serviços não atribuídos a outras repartições e os contratos de compra e venda em prestações, com reserva de domínio ou não, qualquer que seja a forma de que se revistam, os de alienação ou de promessas de venda referentes a bens móveis e os de alienação fiduciária.
40. Os livros de escrituração do Cartório de Títulos e Documentos são:
- Livro A - protocolo para apontamentos de todos os títulos, documentos e papéis apresentados, diariamente, para serem registrados, ou averbados; para transladação integral de títulos e documentos, sua conservação e validade contra terceiros, ainda que registrados por extratos em outros livros; Livro B - para inscrição, por extração, de títulos e documentos, a fim de surtirem efeitos em relação a terceiros e autenticação de data; Livro C - indicador pessoal, substituível pelo sistema de fichas, a critério e sob a responsabilidade do oficial, o qual é obrigado a fornecer, com presteza, LIVRO D - as certidões pedidas pelos nomes das partes que figurarem, por qualquer modo, nos livros de registros.
  - Livro A - protocolo para apontamentos de todos os títulos, documentos e papéis apresentados, diariamente, para serem registrados, ou averbados; Livro B - para transladação integral de títulos e documentos, sua conservação e validade contra terceiros, ainda que registrados por extratos em outros livros; para inscrição, por extração, de títulos e documentos, a fim de surtirem efeitos em relação a terceiros e autenticação de data; Livro C - indicador pessoal, substituível pelo sistema de fichas, a critério e sob a responsabilidade do oficial, o qual é obrigado a fornecer, com presteza, as certidões pedidas pelos nomes das partes que figurarem, por qualquer modo, nos livros de registros.
  - Livro A - protocolo para apontamentos de todos os títulos, documentos e papéis apresentados, diariamente, para serem registrados, ou averbados; Livro B - para transladação integral de títulos e documentos, sua conservação e validade contra terceiros, ainda que registrados por extratos em outros livros; Livro C - para inscrição, por extração, de títulos e documentos, a fim de surtirem efeitos em relação a terceiros e autenticação de data; Livro D - indicador pessoal, substituível pelo sistema de fichas, a critério e sob a responsabilidade do oficial, o qual é obrigado a fornecer, com presteza, as certidões pedidas pelos nomes das partes que figurarem, por qualquer modo, nos livros de registros.
  - Livro A - protocolo para apontamentos de todos os títulos, documentos e papéis apresentados, diariamente, para serem registrados, ou averbados; para transladação integral de títulos e documentos, sua conservação e validade contra terceiros, ainda que registrados por extratos em outros livros; e Livro B - para inscrição, por extração, de títulos e documentos, a fim de surtirem efeitos em relação a terceiros e autenticação de data; indicador pessoal, substituível pelo sistema de fichas, a critério e sob a responsabilidade do oficial, o qual é obrigado a fornecer, com presteza, as certidões pedidas pelos nomes das partes que figurarem, por qualquer modo, nos livros de registros.
41. O indicador pessoal
- Será dividido alfabeticamente para a indicação do nome de todas as pessoas que, ativa ou passivamente, individual ou coletivamente, figurarem nos livros de registro e deverá conter, além dos nomes das pessoas, referências aos números de ordem e páginas dos outros livros e anotações.
  - O registro por microfilmagem é facultado ao interessado, pouco importando se o microfilme é parte integrante dos livros de registro, ou não.
  - Deverá conter tantas menções pessoais quantas vezes a mesma pessoa for lançada nos livros de registro, não bastando a simples referência.
  - Não admite a referência recíproca.
42. Assinale a afirmativa **INCORRETA**:
- Nos contratos de parceria, o parceiro proprietário será considerado o credor.
  - O registro integral dos documentos consistirá na transladação dos mesmos, com a mesma ortografia e pontuação, com referência às entrelinhas ou quaisquer acréscimos, alterações, defeitos ou vícios que tiver o original apresentado, e, bem assim, com menção precisa aos seus característicos exteriores e às formalidades legais, podendo a transcrição dos documentos mercantis, quando levados a registro, ser feita na mesma disposição gráfica em que estiverem escritos, se o interessado assim o desejar.
  - É cabível o registro resumido, que consistirá na declaração da natureza do título, do documento ou papel, valor, prazo, lugar em que tenha sido feito, nome e condição jurídica das partes, nomes das testemunhas, data da assinatura e do reconhecimento de firma por tabelião, se houver, o nome deste, o do apresentante, o número de ordem e a data do protocolo, e da averbação, a importância e a qualidade do imposto pago.
  - É cabível o registro do contrato de penhor, mas não cabe o registro de contrato de caução.
43. A ordem de serviço:
- Decorre da apresentação de título ou documento para registro ou averbação, devendo conter: a natureza do instrumento, a espécie de lançamento a fazer (registro integral ou resumido, ou averbação), o nome do apresentante, reproduzindo-se as declarações relativas ao número de ordem, à data, e à espécie de lançamento a fazer no corpo do título, do documento ou do papel.
  - Decorre da apresentação de título ou documento para registro, mas não para averbação, devendo conter: a natureza do instrumento, a espécie de lançamento a fazer (registro integral ou resumido), o nome do apresentante, reproduzindo-se as declarações relativas ao número de ordem, à data, e à espécie de lançamento a fazer no corpo do título, do documento ou do papel.
  - Decorre da determinação formal dirigida pelo oficial a um serventuário.
  - Decorre da determinação formal dirigida pelo oficial a todos seus respectivos serventuários.
44. Compete privativamente ao Tabelião de Protesto de Títulos:
- Na tutela dos interesses públicos e privados, a protocolização, a intimação, o acolhimento da devolução ou do aceite, o recebimento do pagamento, do título e de outros documentos de dívida, bem como lavrar e registrar o protesto ou acatar a desistência do credor em relação ao mesmo, proceder às averbações, prestar informações, estimular o acordo e fornecer certidões relativas a todos os atos praticados.
  - Na tutela dos interesses públicos e privados, a protocolização, a intimação, o acolhimento da devolução ou do aceite, o recebimento do pagamento, do título e de outros documentos de dívida, bem como lavrar e registrar o protesto ou acatar a desistência do credor em relação ao mesmo, proceder às averbações, prestar informações e fornecer certidões relativas a todos os atos praticados.
  - Na defesa exclusiva dos interesses públicos, a protocolização, a intimação, o acolhimento da devolução ou do aceite, o recebimento do pagamento, do título e de outros documentos de dívida, bem como lavrar e registrar o protesto ou acatar a desistência do credor em relação ao mesmo, proceder às averbações, prestar informações e fornecer certidões relativas a todos os atos praticados.
  - Na defesa exclusiva dos interesses privados, a protocolização, a intimação, o acolhimento da devolução ou do aceite, o recebimento do pagamento, do título e de outros documentos de dívida, bem como lavrar e registrar o protesto ou acatar a desistência do credor em relação ao mesmo, proceder às averbações, prestar informações e fornecer certidões relativas a todos os atos praticados.

45. Sobre a apresentação de documento ao Tabelião de Protesto de Títulos, é **INCORRETO** dizer:
- O apresentante é responsável pelos dados fornecidos ao Tabelião de Protesto de Títulos.
  - Todos os documentos apresentados ou distribuídos no horário regulamentar serão protocolizados dentro de vinte e quatro horas, obedecendo à ordem cronológica de entrega.
  - O cheque poderá ser protestado no lugar do pagamento ou do domicílio do emitente.
  - Admite-se a entrega de recibo resumido, indicativo do nome do título apresentado.
46. A respeito da sustação de protesto, assinale a afirmativa correta.
- Antes da lavratura do protesto, poderá o apresentante retirar o título ou documento de dívida, isentando-se do pagamento dos emolumentos e demais despesas.
  - Os títulos ou documentos de dívida cujo protesto for judicialmente sustado permanecerão no tabelionato, porém à disposição do Poder Judiciário.
  - O pagamento, protesto ou a retirada de título do documento de dívida cujo protesto foi sustado judicialmente apenas poderá ocorrer mediante autorização judicial.
  - A revogação da ordem de sustação torna necessária a nova intimação do devedor.
- Apenas I e III estão corretas.
  - Apenas II e III estão corretas.
  - Apenas I e II estão corretas.
  - Apenas II e IV estão corretas.
47. Sobre a averbação de retificação e o cancelamento, no Tabelionato de Protesto de Títulos:
- Na impossibilidade de apresentação do original do título ou documento de dívida protestado, será exigida a declaração de anuência, com identificação daquele que figurou no registro de protesto como credor, originário ou por endosso translativo, sendo desnecessária a firma reconhecida.
  - Os erros materiais do serviço poderão ser retificados de ofício, sob responsabilidade do Tabelião de Protesto de Títulos.
  - Havendo o protesto em que tenha figurado apresentante por endosso-mandato, não será suficiente a declaração de anuência passada pelo credor endossante, cabendo a prova documental a este respeito.
  - O cancelamento do registro do protesto poderá ser pedido, exclusivamente, pelo devedor.
48. As certidões expedidas pelos serviços de protesto:
- Serão expedidas em até três dias úteis, abrangendo o período anterior a cinco anos, exceto se versar sobre protesto específico, nelas não constando os registros cujos cancelamentos tiverem sido averbados.
  - Serão expedidas em até cinco dias úteis, abrangendo o período anterior a cinco anos, exceto se versar sobre protesto específico, nelas não constando os registros cujos cancelamentos tiverem sido averbados.
  - Serão expedidas em até três dias úteis, abrangendo o período anterior a cinco anos, exceto se versar sobre protesto específico, nelas constando os registros cujos cancelamentos tiverem sido averbados.
  - Serão expedidas em até cinco dias úteis, abrangendo o período anterior a cinco anos, exceto se versar sobre protesto específico, nelas constando os registros cujos cancelamentos tiverem sido averbados.
49. Não havendo prazo assinado, a data do registro do protesto é:
- Proporciona ao devedor dilação de prazo para o pagamento, pena de incorrer em mora.
  - O termo inicial da exigibilidade formal do valor constante do título, sobre o qual haverá a posterior incidência de juros, taxas e atualizações monetárias sobre o valor da obrigação contida no título ou documento de dívida.
  - O termo inicial da incidência de juros, taxas e atualizações monetárias sobre o valor da obrigação contida no título ou documento de dívida.
  - Constitui o devedor em mora, porém não lhe acarreta o pagamento de juros a correção monetária, senão após o termo final para adimplemento, fixado na notificação.
50. Constarão dos arquivos do Tabelião de Protestos:
- Dois anos, para as intimações e editais correspondentes a documentos protestados e ordens de cancelamento; doze meses, para as intimações e editais correspondentes a documentos pagos ou retirados além do tríduo legal; e trinta dias, para os comprovantes de entrega de pagamento aos credores, para as solicitações de retirada dos apresentantes e para os comprovantes de devolução, por irregularidade, aos mesmos, dos títulos e documentos de dívidas.
  - Um ano, para as intimações e editais correspondentes a documentos protestados e ordens de cancelamento; seis meses, para as intimações e editais correspondentes a documentos pagos ou retirados além do tríduo legal; e trinta dias, para os comprovantes de entrega de pagamento aos credores, para as solicitações de retirada dos apresentantes e para os comprovantes de devolução, por irregularidade, aos mesmos, dos títulos e documentos de dívidas.
  - Um ano, para as intimações e editais correspondentes a documentos protestados e ordens de cancelamento; doze meses, para as intimações e editais correspondentes a documentos pagos ou retirados além do tríduo legal; e trinta dias, para os comprovantes de entrega de pagamento aos credores, para as solicitações de retirada dos apresentantes e para os comprovantes de devolução, por irregularidade, aos mesmos, dos títulos e documentos de dívidas.
  - Dois anos, para as intimações e editais correspondentes a documentos protestados e ordens de cancelamento; seis meses, para as intimações e editais correspondentes a documentos pagos ou retirados além do tríduo legal; e trinta dias, para os comprovantes de entrega de pagamento aos credores, para as solicitações de retirada dos apresentantes e para os comprovantes de devolução, por irregularidade, aos mesmos, dos títulos e documentos de dívidas.
51. O Código Civil, no artigo 5º, prevê que o casamento civil faz cessar para os menores a incapacidade. Portanto:
- O menor de 18 anos casado e que não tenha filhos poderá realizar o divórcio consensual através de escritura pública independentemente da autorização dos seus pais.
  - Se realizado o divórcio antes de completar 18 anos, o divorciado voltará a ser incapaz até que complete aquela idade.
  - A união estável também faz cessar a incapacidade do menor de 18 anos.
  - O casamento do menor de 18 anos pode ser anulado diretamente no cartório enquanto não completar aquela idade.
- Assinale a alternativa correta:
- Estão corretas as assertivas I, III e IV.
  - Todas as assertivas estão corretas.
  - Estão corretas as assertivas I, II e III.
  - Está correta a assertiva I.
52. Assinale a alternativa correta:
- Em regra, os bens móveis e imóveis podem ser fungíveis.
  - A construção realizada sobre bem imóvel é bem autônomo, sendo possível que a propriedade da construção seja de titular distinto do proprietário do imóvel.
  - Os bens consumíveis não estão sujeitos à regulação pelo Código Civil.
  - Os direitos hereditários são considerados bens imóveis e, portanto, os atos de disposição relativos a estes direitos devem seguir as formalidades exigidas para os bens imóveis.
53. Os negócios jurídicos, para sua validade, dependem de agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável, e forma prescrita ou não defesa em lei. A manifestação da vontade é essencial para os negócios jurídicos, assim:
- Os negócios jurídicos celebrados por relativamente incapaz podem ser confirmados.
  - A reserva mental feita pelo autor e desconhecida do destinatário deve ser considerada na interpretação do negócio jurídico.
  - O silêncio de uma das partes sempre implica na anuência ou concordância.
  - Ao se interpretar um negócio jurídico importa mais a real vontade dos declarantes do que o sentido literal da linguagem escrita.
- Assinale a alternativa correta:
- As assertivas I e IV estão corretas.
  - As assertivas II, III e IV estão corretas.
  - As assertivas I e III estão corretas.
  - Apenas a assertiva IV está correta.

54. Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- A interrupção da prescrição somente pode se dar uma vez.
  - Apesar de previstos em lei, os prazos prescricionais podem ser alterados por vontade das partes.
  - Não corre prescrição entre cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
  - Se ocorrer a interrupção da prescrição, começa a correr novamente da data que a interrompeu.
55. Assinale a alternativa correta:
- O casamento civil pode ser celebrado por autoridade religiosa
  - A celebração do casamento civil é gratuita apenas para os que declararem a pobreza, sob as penas da lei.
  - O casamento celebrado em iminente risco de vida poderá ser celebrado na presença de seis testemunhas, que deverão em 10 dias comparecer no cartório de registro civil para que seja realizado o seu registro.
  - O casamento civil somente poderá ser celebrado em prédio particular se houver justificativa.
56. O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. Em relação ao divórcio, é correto afirmar que:
- Para concessão do divórcio é necessário a separação prévia.
  - É possível o divórcio sem a partilha dos bens.
  - No divórcio, o cônjuge que acrescentou o sobrenome do outro é obrigado a retirar.
  - Após o divórcio, a pessoa volta ao estado civil de solteiro.
- Assinale a correta:
- Estão corretas as assertivas I, III e IV.
  - Estão corretas as assertivas I e III.
  - Apenas a assertiva II está correta.
  - Estão corretas as assertivas I, II e III.
57. Assinale a alternativa correta:
- O reconhecimento de filho feito por escritura pública pode ser revogado a qualquer tempo, desde que o registro civil ainda não tenha sido feito.
  - A lei presume que os filhos de mulheres casadas são do marido, podendo o nome do pai/marido ser registrado apenas com a apresentação da certidão de casamento, mesmo sem a sua presença no ato.
  - Se a mulher ficar viúva durante a gestação, terá que realizar exame de DNA após o nascimento do filho para provar que é de seu marido.
  - Os filhos havidos de relações extraconjugais somente podem ser reconhecidos se houver a concordância do cônjuge traído.
58. Sobre as Servidões, assinale a assertiva **INCORRETA**:
- Restringir-se-á o exercício da servidão às necessidades do prédio dominante, evitando-se, quando possível, agravar o encargo ao prédio serviente.
  - O dono do prédio serviente não poderá embaraçar de modo algum o exercício legítimo da servidão.
  - Mesmo nas desapropriações, a servidão, uma vez registrada, só se extingue, com respeito a terceiros, quando cancelada.
  - Uma das formas de extinção da servidão, ficando ao dono do prédio serviente a faculdade de fazê-la cancelar, mediante prova da extinção, se dá pelo não uso, durante 10 (dez) anos contínuos.
59. Do condomínio edilício, assinale a assertiva correta:
- Para ser oponível contra terceiros, a convenção do condomínio não necessita ser registrada no Cartório de Registro de Imóveis, necessitando apenas estar disponível aos proprietários de suas unidades imobiliárias.
  - Qualquer unidade imobiliária pode ser privada do acesso ao logradouro público.
  - A convenção de condomínio aprovada, ainda que sem registro, é eficaz para regular as relações entre os condôminos.
  - O terraço de cobertura é parte comum, devendo sempre constar na escritura de constituição do condomínio tal fato.
60. Sobre a responsabilidade Civil dos notários e registradores, assinale a assertiva correta:
- Os notários e oficiais de registro responderão pelos danos que eles e seus prepostos causem a terceiros, na prática de atos próprios da serventia, assegurado aos primeiros direito de regresso no caso de dolo ou culpa dos prepostos.
  - A responsabilidade civil sempre depende da criminal, diante de sua fé pública.
  - Os notários e oficiais de registro responderão pelos danos que eles e seus prepostos causem a terceiros, na prática de atos próprios da serventia, assegurado aos primeiros direito de regresso no caso apenas de dolo dos prepostos.
  - Os notários e oficiais de registro responderão pelos danos que eles e seus prepostos causem a terceiros, na prática de atos próprios da serventia, assegurado aos primeiros direito de regresso no caso apenas de culpa dos prepostos.
61. Considerem-se as seguintes afirmações quanto aos direitos do consumidor:
- Informação precisa é aquela exata e definida, que esteja vinculada ao produto ou serviço de forma física ou visual, sem embaraço físico ou visual.
  - A necessidade de cálculos para compreensão do serviço ou produto não fere o direito do consumidor à informação clara.
  - Consumidor hipossuficiente é apenas aquele em desvantagem econômica perante o prestador de serviço ou o comerciante de um produto.
- Diante de tais afirmações, é correto afirmar que:
- Apenas o item I está correto.
  - Apenas o item II está correto.
  - Os itens I e III estão corretos.
  - Os itens I e II estão corretos.
62. Exclui-se a impenhorabilidade do bem de família nos seguintes casos, **EXCETO**:
- Para cobrança de impostos, predial ou territorial, taxas e contribuições devidas em função do imóvel familiar.
  - Créditos decorrentes de direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores da obra do bem de família.
  - Obrigação garantida por hipoteca do imóvel bem de família.
  - Quando o imóvel bem de família for demasiadamente valioso.
63. Quanto ao parcelamento do solo, é correto afirmar, **EXCETO**, que:
- Exclusivamente os Municípios poderão estabelecer normas complementares relativas ao parcelamento do solo.
  - Aprovado o projeto de loteamento ou de desmembramento, o loteador deverá submetê-lo ao registro imobiliário dentro de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.
  - O loteamento deverá destinar as áreas destinadas ao sistema de circulação de forma proporcional à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem.
  - Quando a área loteada estiver situada em mais de uma circunscrição imobiliária, o registro será requerido primeiramente perante aquela em que estiver localizada a maior parte da área loteada, e, sucessivamente, o em cada uma das demais.
64. Quanto aos bens imóveis de domínio da União, é correto afirmar, **EXCETO**, que:
- Caberá à SPU a incumbência de fiscalizar e zelar para que sejam mantidas a destinação e o interesse público, o uso e a integridade física dos imóveis pertencentes ao patrimônio da União.
  - A inscrição de ocupação, a cargo da Secretaria do Patrimônio da União, não pressupõe o uso efetivo do imóvel pelo ocupante.
  - A permissão de uso de bens imóveis de domínio da União é autorizada por ato do Secretário do Patrimônio da União, que poderá ser delegado aos titulares das delegacias estaduais.
  - Os imóveis da união poderão ser cedidos gratuitamente a pessoas físicas ou jurídicas, em razão de interesse público ou social ou de aproveitamento econômico de interesse nacional.

65. Quanto ao Sistema de Financiamento Imobiliário, é correto afirmar, **EXCETO**, que:
- O direito de uso especial para fins de moradia pode ser objeto da alienação fiduciária.
  - A cessão do crédito objeto da alienação fiduciária implicará a transferência, ao cessionário, de todos os direitos e obrigações inerentes à propriedade fiduciária em garantia.
  - As operações de financiamento imobiliário em geral poderão ser garantidas somente por garantia real.
  - Constitui-se a propriedade fiduciária de coisa imóvel mediante registro, no competente Registro de Imóveis, do contrato que lhe serve de título.
66. Quanto ao empresário e a empresa, é correto afirmar, **EXCETO**, que:
- Como organizada, entende-se aquela atividade em que o empresário articula capital, mão-de-obra, insumos e tecnologia.
  - O profissionalismo é requisito que qualifica o empresário.
  - O médico que presta seus serviços é empresário, pois, mesmo que não exerça uma atividade organizada com a contratação de colaboradores, exerce tal atividade de forma profissional.
  - O conceito de empresa remete à atividade, e não à sociedade.
67. Quanto à Propriedade Industrial, regulada pela Lei n. 9.279/96, pode-se afirmar, **EXCETO**, que:
- É patenteável a invenção que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.
  - Teorias científicas ou métodos matemáticos não podem ser considerados invenções ou modelo de utilidade.
  - Se dois ou mais autores tiverem realizado a mesma invenção ou modelo de utilidade, de forma independente, o direito de obter patente será assegurado àquele que provar o depósito mais antigo, independentemente das datas de invenção ou criação.
  - Não é dada ao requerente a presunção de legitimidade para obter patente.
68. Quanto à classificação das sociedades empresárias, tem-se as seguintes afirmações:
- Nas sociedades em nome coletivo, os sócios respondem de forma ilimitada.
  - Nas sociedades anônimas, os sócios respondem de forma limitada.
  - Nas sociedades por comandita simples, que é sociedade mista, uma parte dos sócios tem responsabilidade limitada e outra parte tem responsabilidade ilimitada.
- Diante de tais afirmações, é correto afirmar que:
- Apenas o item II está correto.
  - Os itens I e II estão corretos.
  - Apenas o item I está correto.
  - Os itens I e III estão corretos.
69. Quanto aos títulos de crédito, é correto afirmar, **EXCETO**, que:
- O que não se encontra expressamente consignado no título de crédito não interfere na relação jurídico-cambial.
  - Duas obrigações que estejam representadas pelo mesmo título de crédito continuam autônomas entre si.
  - Em regra, o credor de um título de crédito que quiser exercer seu direito quanto ao título deverá ter a posse da cártula.
  - O título de crédito é a própria obrigação pecuniária.
70. Quanto à recuperação judicial é correto afirmar, **EXCETO**, que:
- O empresário individual está excluído da Lei de Recuperação de Empresas, eis que os dispositivos dedicam-se às sociedades empresárias.
  - As instituições financeiras, públicas ou privadas, estão incluídas na Lei de Recuperação de Empresas.
  - O devedor não poderá desistir do pedido de recuperação judicial após o deferimento de seu processamento, salvo se obtiver aprovação da desistência na assembleia-geral de credores.
  - O juiz poderá decretar a falência durante o processo de recuperação judicial por deliberação da assembleia-geral de credores.
71. Quanto à competência no processo civil brasileiro, é correto afirmar, **EXCETO**, que:
- No sistema de competência do CPC, o critério material é relativo.
  - A competência relativa não pode ser conhecida de ofício pelo magistrado.
  - A competência é determinada no momento em que a ação é proposta.
  - Os critérios para que se estabeleça a competência podem ser absolutos ou relativos.
72. Quanto à prova no direito processual civil brasileiro, é correto afirmar, **EXCETO**, que:
- O denunciado à lide não poderá ser submetido ao depoimento pessoal.
  - Aos peritos aplicam-se as mesmas regras de impedimento e suspeição que se aplicam aos magistrados.
  - A testemunha não é obrigada a depor sobre fatos que acarretem grave dano ao seu cônjuge.
  - O documento público prova sua existência e também os fatos que o agente público atesta terem ocorrido em sua presença.
73. Quanto à sentença, é correto afirmar, **EXCETO**, que:
- A sentença que determina a busca e apreensão é executiva.
  - A sentença de interdição é constitutiva positiva.
  - A sentença não poderá ser exclusivamente declaratória quanto à existência de uma relação jurídica.
  - A sentença mandamental dirige uma ordem para coagir o réu.
74. Quanto aos recursos, é correto afirmar, **EXCETO**, que:
- Os embargos de declaração não são recebidos no efeito devolutivo, eis que é o próprio juiz da causa que o analisará.
  - O efeito devolutivo constitui-se na devolução de toda matéria ao tribunal *ad quem*, até mesmo as matérias não impugnadas pelo recurso.
  - Em regra, a apelação é recebida no efeito suspensivo.
  - O recurso de agravo de instrumento poderá ser recebido no efeito suspensivo.
75. Quanto à liquidação de sentença, é correto afirmar, **EXCETO**, que:
- A causa não poderá ser rediscutida na liquidação.
  - Cabe agravo de instrumento contra a decisão de liquidação.
  - A liquidação por arbitramento se dá por atividade do magistrado que determina o valor devido, conforme critérios de ponderação aplicados à natureza da causa.
  - A liquidação por artigos se impõe quando houver a necessidade de se alegar e provar fato novo.
76. É certo afirmar:
- Estabelecer ou explorar jogo de azar em lugar público ou acessível ao público, mediante o pagamento de entrada ou sem ele se constitui em contravenção penal, estando o agente sujeito a prisão simples, multa e à perda dos móveis e objetos de decoração do local.
  - O procedimento comum sumário estabelecido para o juizado especial criminal é um processo de conhecimento, apesar de possuir características distintas daqueles previstos no Código de Processo Penal.
  - A competência do juizado especial criminal é absoluta, não comportando exceções.
  - No caso de transação penal homologada e não cumprida, o decurso do prazo prescricional provoca a declaração de extinção de punibilidade pela prescrição da pretensão executória.
- Analizando as proposições, pode-se afirmar:
- Somente as proposições II e III estão corretas.
  - Somente as proposições I e IV estão corretas.
  - Somente as proposições I e III estão corretas.
  - Somente as proposições II e IV estão corretas.
77. É certo afirmar:
- A reincidência específica exige que o acusado pratique um novo delito igual ou de mesma categoria, daquele pelo qual sofreu anterior condenação com trânsito em julgado.
  - No Juizado Especial Criminal, o recebimento da denúncia, na hipótese de suspensão condicional do processo, não precisa ser precedido da resposta prevista no art. 81 da Lei 9099/95.
  - A concepção normativa da culpabilidade – culpabilidade como reprovabilidade – implica em um juízo de aprovação ou desaprovção que recai sobre a conduta penalmente injusta (típica e antijurídica).
  - Dolo e culpa são considerados elementos subjetivos do crime.
- Analizando as proposições, pode-se afirmar:
- Somente as proposições II e IV estão corretas.
  - Somente as proposições II e III estão corretas.
  - Somente as proposições I e IV estão corretas.
  - Somente as proposições I e III estão corretas.

78. É certo afirmar:

- I. Nos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, o sujeito ativo é somente o funcionário público.
- II. No crime de facilitação de contrabando ou descaminho, o objeto material é a mercadoria contrabandeada ou o imposto não recolhido, respectivamente.
- III. Disparar arma de fogo em via pública se constitui em contravenção penal.
- IV. O crime de reingresso de estrangeiro expulso admite tentativa.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.

79. É certo afirmar:

- I. Auto acusar-se falsamente perante a autoridade policial ou judicial se constitui em crime, inexistindo na modalidade culposa.
- II. Havendo embriaguez preordenada, será ela caso de inimputabilidade penal.
- III. A imputabilidade penal se confunde com a responsabilidade penal, já que corresponde às consequências jurídicas oriundas da prática de uma infração.
- IV. As causas especiais de aumento e de diminuição da pena estão previstas tanto na parte geral quanto na parte especial do Código Penal.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.

80. É certo afirmar:

- I. Os crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, cujo processo e julgamento competirão aos juízes de direito, a queixa ou a denúncia será instruída com documentos ou justificação que façam presumir a existência do delito ou com declaração fundamentada da impossibilidade de apresentação de qualquer dessas provas.
- II. A prisão temporária poderá ser decretada pelo juiz, mediante representação, somente, da autoridade policial.
- III. Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.
- IV. A carta precatória itinerante somente é admitida no procedimento sumário, visto o princípio da celeridade que agasalha esse rito.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.

81. É certo afirmar:

- I. Em determinados casos o ordenamento jurídico vigente permite ao ofendido ou a quem legalmente o represente, o direito de promover a ação penal.
- II. Somente o juiz da execução penal é competente para julgar e aplicar as sanções decorrentes das faltas disciplinares cometidas pelos presos.
- III. Guia de recolhimento e guia de execução são sinônimos, observadas para as penas restritivas de direitos.
- IV. Exceção da verdade e questões incidentais não afastam a competência dos Juizados Especiais, se a hipótese não for complexa.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições II e IV estão corretas.

82. É certo afirmar:

- I. Por ser o inquérito policial desvinculado da ação penal, não a prescindindo, é admissível que a Autoridade Policial deixe de atender às requisições do Ministério Público, quando entender serem impertinentes.
- II. É cabível a substituição de uma modalidade de pena restritiva de direitos por outra, aplicada em sede de transação penal, pelo juízo do conhecimento, a requerimento do interessado, ouvido o Ministério Público.
- III. Havendo retratação da representação, poderá o Promotor de Justiça requerer o arquivamento dos autos do inquérito policial ou das peças de informação.
- IV. A ação pública é promovida pelo Ministério Público, dependendo, quando a lei o exige, de representação do ofendido ou de requisição do Ministério da Justiça.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e IV estão corretas.

83. É certo afirmar:

- I. O crime falimentar, também conhecido como famélico, ocorre quando o agente furta alimentos para seu sustento ou de sua família.
- II. Nas infrações penais em que haja vítima determinada, da competência do juizado especial criminal, em caso de desinteresse desta ou de composição civil, deixa de existir justa causa para ação penal.
- III. Aplicar-se-á o procedimento sumaríssimo para as infrações penais de menor potencial ofensivo tipificadas na Lei 9.099/95.
- IV. Para a decretação do sequestro, bastará a existência de indícios veementes da proveniência ilícita dos bens.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.

84. É certo afirmar:

- I. Tratando-se de falência de microempresa ou de empresa de pequeno porte, e não se constatando prática habitual de condutas fraudulentas por parte do falido, poderá o juiz reduzir a pena de reclusão de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços) ou substituí-la pelas penas restritivas de direitos, pelas de perda de bens e valores ou pelas de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.
- II. Ocorre o crime de favorecimento de credores, somente quando praticado depois da sentença que decretar a falência, conceder a recuperação judicial ou homologar plano de recuperação extrajudicial, ato de disposição ou oneração patrimonial ou gerador de obrigação, destinado a favorecer um ou mais credores em prejuízo dos demais.
- III. Adquirir o juiz, o representante do Ministério Público, o administrador judicial, o gestor judicial, o perito, o avaliador, o escrivão, o oficial de justiça ou o leiloeiro, por si ou por interposta pessoa, bens de massa falida ou de devedor em recuperação judicial, ou, em relação a estes, entrar em alguma especulação de lucro, quando tenham atuado nos respectivos processos, constitui crime de violação de impedimento.
- IV. Os prazos prescricionais previstos na Lei de Recuperação Judicial e Falência são independentes daqueles previstos no Código Penal.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.

85. É certo afirmar:
- O mandado de prisão será lavrado pelo escrivão e assinado pela autoridade; designará a pessoa, que tiver de ser presa, por seu nome, alcunha ou sinais característicos, mencionará a infração penal que motivar a prisão, declarará o valor da fiança arbitrada, quando afiançável a infração e será dirigido a quem tiver qualidade para dar-lhe execução.
  - Tratando-se de procedimento sumaríssimo, no caso de citação por edital, o prazo para a defesa começará a fluir a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do defensor constituído.
  - Na instrução do procedimento sumário, poderão ser inquiridas até 3 (três) testemunhas arroladas pela acusação e 3 (três) pela defesa.
  - O procedimento a ser aplicado será o ordinário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- Analizando as proposições, pode-se afirmar:
- Somente as proposições II e III estão corretas.
  - Somente as proposições I e III estão corretas.
  - Somente as proposições II e IV estão corretas.
  - Somente as proposições I e IV estão corretas.
86. De acordo com o Código de Normas da CGJ, assinale a alternativa correta:
- As correições a cargo da Corregedoria da Justiça devem ser gerais e ordinárias e são realizadas pelo Corregedor ou por delegação deste aos Juizes Corregedores Auxiliares.
  - As correições a cargo da Corregedoria da Justiça devem ser gerais, ordinárias ou extraordinárias, e são realizadas unicamente pelo Corregedor.
  - As correições a cargo da Corregedoria da Justiça podem ser parciais e extraordinárias e serão sempre realizadas pelos Juizes Corregedores Auxiliares, por delegação do Corregedor.
  - As correições a cargo da Corregedoria da Justiça podem ser gerais ou parciais, ordinárias ou extraordinárias, e são realizadas pelo Corregedor ou por delegação deste aos Juizes Corregedores Auxiliares.
87. De acordo com o Código de Normas da CGJ, os notários e os oficiais de registro estão sujeitos, pelas infrações que praticarem, assegurado amplo direito de defesa, às seguintes penas:
- Advertência, no caso de infração média.
  - Multa, em caso de reincidência ou de infração que não configure falta mais grave.
  - Suspensão por noventa dias, prorrogável por mais trinta, em caso de reiterado descumprimento dos deveres ou de falta grave.
  - Perda da delegação.
- Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas II e III estão corretas.
88. De acordo com o Código de Normas da CGJ, assinale a alternativa correta:
- Com relação especificamente aos Ofícios com atribuição de Registro de Imóveis, durante os serviços correicionais deve ser verificado *in loco* se no Livro de Matrículas o documento protocolizado foi registrado na matrícula e se os nomes dos adquirentes e alienantes, inclusive de suas mulheres ou maridos, foram lançados no indicador real.
  - Com relação especificamente aos Ofícios com atribuição de Registro de Imóveis, durante os serviços correicionais deve ser verificado *in loco* se apresentaram anualmente a Declaração de Operação Imobiliária ao órgão competente.
  - Com relação especificamente aos Ofícios com atribuição de Registro de Imóveis, durante os serviços correicionais deve ser verificados *in loco* se apresentaram semestralmente a Declaração de Operação Imobiliária ao órgão competente.
  - Com relação especificamente aos Ofícios com atribuição de Registro de Imóveis, durante os serviços correicionais deve ser verificado *in loco* se no Livro de Protocolo o documento protocolizado foi registrado na matrícula e se os nomes dos adquirentes e alienantes, inclusive de suas mulheres ou maridos, foram lançados no indicador real.
89. De acordo com o Código de Normas da CGJ, os titulares de serviços notariais e de registro são, dentre outros:
- Tabeliães de notas.
  - Tabeliães e oficiais de registro de contratos marítimos.
  - Oficiais de protesto de títulos.
  - Tabeliães de registro de distribuição.
- Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
  - Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I e II estão corretas.
  - Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
90. De acordo com o Código de Normas da CGJ, assinale a alternativa correta:
- A sindicância na modalidade inquisitorial ou investigatória objetiva a verificação e constatação ou não de irregularidades que não trazem a menor indicação de autoria, tendo o propósito imediato de aplicar punição.
  - A sindicância na modalidade inquisitorial ou investigatória objetiva a verificação e constatação ou não de irregularidades que trazem a indicação de autoria, tendo o propósito imediato de aplicar punição.
  - A sindicância na modalidade inquisitorial ou investigatória objetiva a verificação e constatação de irregularidades que trazem a indicação de autoria, não tendo o propósito imediato de aplicar punição.
  - A sindicância na modalidade inquisitorial ou investigatória objetiva a verificação e constatação ou não de irregularidades que não trazem a menor indicação de autoria, não tendo o propósito imediato de aplicar punição.
91. De acordo com o Código de Normas da CGJ, os notários e os oficiais de registro poderão, para o desempenho de suas funções, contratar escreventes e auxiliares, observando, dentre outras situações, que:
- Em cada serviço notarial ou de registro haverá tantos substitutos, escreventes e auxiliares quantos forem necessários, a critério de cada Juízo competente.
  - Os notários e os oficiais de registro encaminharão ao Juízo competente os nomes dos substitutos.
  - Os escreventes poderão praticar somente os atos que o notário ou o oficial de registro autorizar.
  - Os substitutos poderão, simultaneamente com o notário ou o oficial de registro, praticar todos os atos que lhe sejam próprios exceto, nos tabelionatos de notas, lavrar testamentos.
- Todas as assertivas estão corretas.
  - Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
  - Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
  - Todas as assertivas estão erradas.
92. São Órgãos do Poder Judiciário, dentre outros:
- O Tribunal de Justiça.
  - Os Juizes de Direito.
  - Os Juizados Especiais.
  - A Justiça de Paz.
- Todas as assertivas estão corretas.
  - Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
  - Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
93. De acordo com o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Rio Grande do Norte, assinale a alternativa correta:
- Ao Tribunal de Justiça compete processar e julgar originariamente as ações por crimes contra a honra, quando querelantes as pessoas sujeitas, pela Constituição Estadual, à jurisdição do Tribunal, se oposta a exceção da verdade.
  - Ao Tribunal de Justiça compete processar e julgar originariamente a restauração de autos, nas causas que tramitaram na Comarca de Natal/RN.
  - Ao Tribunal de Justiça compete processar e julgar originariamente as suspeições opostas aos Desembargadores, Juizes de Direito, Juizes Substitutos, Juizes de Paz e Procuradores de Justiça.
  - Ao Tribunal de Justiça compete processar e julgar originariamente a execução de sentença nas causas da sua competência originária, vedada a delegação da prática de atos processuais a Juizes de primeiro grau.

94. De acordo com o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Rio Grande do Norte, assinale a alternativa correta:
- Nos casos de falta, ausência ou impedimento do Juiz de Paz, cabe ao Corregedor a nomeação de Juiz de Paz “ad hoc”.
  - Em cada Comarca há um Juiz de Paz, eleito dentre cidadãos, pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos.
  - O Juiz de Paz tem competência exclusiva para celebrar casamentos e verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, a regularidade do respectivo processo de habilitação.
  - Nos casos de falta, ausência ou impedimento do Juiz de Paz, cabe ao Presidente do Tribunal de Justiça a nomeação de Juiz de Paz “ad hoc”.
95. Nos limites de sua competência o Corregedor da Justiça poderá expedir, dentre outros, seguintes atos:
- Emenda Regimental, que tem como finalidade a complementação ao Regimento Interno, sem integrar o seu texto legal.
  - Ato Regimental, que tem como objetivo emendar o Regimento Interno, suprimindo, acrescentando ou modificando as suas disposições.
  - Provedimento, ato que objetiva estabelecer o desempenho de função de natureza especial, movimentação interna de pessoal, conferir delegação de atribuições, proceder designações e outras medidas de natureza administrativa.
  - Portaria, ato com determinação ou recomendação administrativa, emitido com a finalidade de estabelecer pontos obscuros nas normas pertinentes.
- Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
  - Todas as assertivas estão erradas.
  - Apenas as assertivas II e III estão corretas.
96. Assinale a alternativa correta:
- O Fundo de Compensação ao Registrador Civil das Pessoas Naturais – FCRCPN será constituído mediante cobrança, pelos notários e registradores, do percentual de 5% (cinco por cento), incidente sobre todos os atos extrajudiciais constantes das tabelas de emolumentos.
  - O Fundo de Compensação ao Registrador Civil das Pessoas Naturais – FCRCPN será constituído mediante cobrança, pelos notários e registradores, do percentual de 3% (três por cento), incidente sobre todos os atos extrajudiciais constantes das tabelas de emolumentos.
  - Os valores arrecadados pelo Fundo de Compensação ao Registrador Civil das Pessoas Naturais – FCRCPN serão repassados, até o quinto dia útil do mês subsequente, a uma conta especial aberta em nome de entidade representativa dos notários e registradores do Rio Grande do Norte, que se incumbirá de repassar as quantias correspondentes aos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais, com base na produtividade.
  - Os valores arrecadados pelo Fundo de Compensação ao Registrador Civil das Pessoas Naturais – FCRCPN serão repassados, até o terceiro dia útil do mês subsequente, a uma conta especial aberta em nome de entidade representativa dos notários e registradores do Rio Grande do Norte, que se incumbirá de repassar as quantias correspondentes aos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais, com base na produtividade.
97. Assinale a alternativa correta:
- Não poderão ser registrados os atos constitutivos de pessoas jurídicas, quando o seu objeto indique destino ou atividades ilícitos, ou contrários, nocivos ou perigosos ao bem público, à segurança do Estado e da coletividade, à ordem pública ou social, à moral e aos bons costumes, exceto quando na mesma comarca já existir registro de pessoa jurídica com a mesma denominação.
  - O registro de atos constitutivos ou de alteração de sociedade, cujo objeto envolva atividade privativa de profissionais habilitados pelos respectivos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas, não será feito sem a prévia comprovação da referida qualificação e apresentação da certidão de regularidade profissional atualizada.
  - Não poderão ser registrados os atos constitutivos de pessoas jurídicas, quando o seu objeto indique destino ou atividades ilícitos, nocivos ou perigosos ao bem público, à segurança do Estado e da coletividade, à ordem pública ou social, à moral e aos bons costumes, quando em outra comarca já existir registro de pessoa jurídica com a mesma denominação.
  - O registro de atos constitutivos ou de alteração de sociedade, cujo objeto envolva atividade privativa de profissionais habilitados pelos respectivos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas, será feito mesmo sem a prévia comprovação da referida qualificação, todavia, exigida a apresentação da certidão de regularidade profissional atualizada.
98. Constituem receitas do Fundo de Desenvolvimento da Justiça do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte – FDJ, dentre outras:
- As provenientes de aluguéis de uso de espaços livres onde funcionem as atividades do Poder Judiciário.
  - As provenientes de convênios, contratos e acordos celebrados com pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado.
  - A remuneração decorrente da aplicação financeira realizada em contas do Poder Judiciário.
  - As oriundas de registro de contrato de financiamento de veículo automotor, com gravame.
- Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas II e III estão corretas.
  - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
99. Assinale a alternativa correta:
- Terão tramitação, independentemente de antecipação de custas, os processos em que forem partes as Fazendas Públicas da União, do Estado e dos Municípios.
  - Terá tramitação, independentemente de antecipação de custas, o conflito de jurisdição suscitado pelos Magistrados, Membros do Ministério Público ou Defensores Públicos.
  - Terá tramitação, independentemente de antecipação de custas, o conflito de jurisdição suscitado pelos Magistrados, Membros do Ministério Público ou pelas Partes.
  - Terão tramitação, com isenção de custas, os processos em que forem partes as Fazendas Públicas da União, do Estado e dos Municípios.
100. Assinale a alternativa correta:
- O Notário competente para protesto de títulos, efetuará mensalmente, o recolhimento do valor correspondente à Taxa de Fiscalização a que tem direito o Tribunal de Justiça, sob pena de instauração de sindicância para que seja apurada a ocorrência de eventual desídia.
  - Os Tabeliães e Registradores somente poderão praticar atos de suas competências mediante a prévia apresentação pelo interessado da guia de recolhimento devidamente autenticada pela instituição credenciada pelo Tribunal de Justiça.
  - Na hipótese de não se realizar o ato notarial ou de registro, ou, ainda, em caso de pagamento em duplicidade, os valores recebidos serão restituídos ao interessado, pelo Notário ou Registrador, no prazo de cinco (cinco) dias, após a formalização de requerimento, ressalvados os processos de habilitação de casamento.
  - Os Tabeliães e Registradores, obrigatoriamente, farão constar nos Livros, a cada registro efetivado, o número da respectiva guia de recolhimento dos emolumentos vinculada ao ato, inclusive autenticação de documentos e protesto de títulos.